



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO: Nº 92339-1

APELAÇÃO CRIMINAL

077

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: PAULO SEVERINO DE ALBUQUERQUE

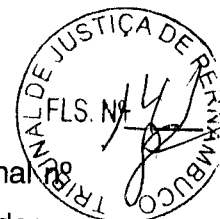
RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. PORTE DE ARMA DE FOGO E CRIME DE MAUS TRATOS A ANIMAIS COM RESULTADO MORTE. AUTORIA E MATERIALIDADE INCONTESTES. PEDIDO DE CONDENÇÃO EM AMBOS OS CRIMES. PRINCÍPIO DA ABSORÇÃO. CRIME FIM ABSORVE CRIME MEIO. ARMA DE FOGO UTILIZADA COMO MERO INSTRUMENTO PARA A CONSECUÇÃO DO FIM DELITUOSO PRETENDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM TODOS OS SEUS TERMOS. IMPROVIMENTO DO APELO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Diante do princípio da absorção, o crime de porte de arma constitui mero meio para se alcançar o fim almejado pelo agente, qual seja, a morte do animal, devendo o agente responder, unicamente pelo delito previsto no art. 32, §2º, da Lei 9.605/98.

ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 92339-1, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento à apelação, mantendo-se a sentença em todos os termos, de acordo com o voto do Des. Relator.

078

Recife, 11 de Dez de 2009.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO: Nº 92339-1

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: PAULO SEVERINO DE ALBUQUERQUE

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

134
138
079

RELATÓRIO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, através de seu representante, interpôs o presente recurso de apelação em face da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Taquaritinga do Norte que condenou **PAULO SEVERINO DE ALBUQUERQUE** à pena de 03 (três) meses e quinze dias de detenção pela prática do delito previsto no art. 32, §2º, da Lei 9605/98.

Relata a denúncia que no dia 20/05/2002, por volta das 08:00h, no "Sítio Silva", no município da Taquaritinga do Norte, o apelado desferiu dois tiros de espingarda calibre 36 contra uma cadela pertencente à GEORGE PEREIRA DAS CHAGAS, causando-lhe a morte, sob a justificativa de que o referido animal estaria comendo ovos postos por suas galinhas.

Após regular processamento, o réu foi condenado à pena de 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção, pela prática do delito previsto no art. 32, §2º, Lei 9605/98, sendo absolvido da imputação pela prática do crime tipificado no art. 10 da Lei 9.437/97.

Nas Razões da apelação, fls.95/97, a apelante requer a modificação da sentença no sentido de condenar o réu nas penas do art. 32, §2º, da

ac 1

135
135
Lei 9.605/98 c/c art. 10, §3º, inc. IV, da Lei 9.437/97, sob o fundamento de que apesar de constar nas alegações finais do *parquet* a capitulação diferente da constante da peça acusatória, os fatos narrados e apurados ao longo da instrução criminal dão conta da real capitulação a ser dada ao delito ora em questão. Aduz subsidiariamente que, em sendo mantida a capitulação referente ao art. 10, *caput*, da Lei 9.437/97, deve subsistir o delito de depósito ou manutenção ilegal da arma de fogo utilizada, tendo em vista que o referido dispositivo legal enumera diversas condutas típicas, sendo elementares próprias, ocorrendo, *in casu*, concurso material de crimes.

080

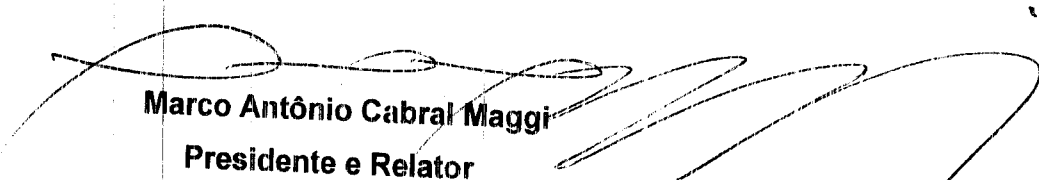
O apelado em suas contra-razões recursais (fls. 100/106) pugnou pela manutenção da sentença condenatória, repudiando os argumentos lançados pelo Ministério Público em suas razões recursais.

A Procuradoria de Justiça em seu parecer fls. 114/117, opinou pelo provimento do apelo e a conseqüente condenação do apelado nos termos do art. 10, §3º, inc. IV, da Lei 9.437/97.

É O RELATÓRIO.

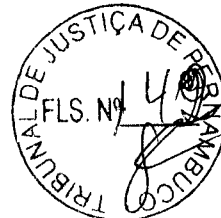
À Douta Revisão.

Recife, 07 de outubro 2009.


Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO: Nº 92339-1

081

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: PAULO SEVERINO DE ALBUQUERQUE

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

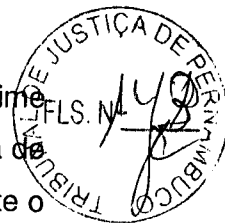
interpôs o presente recurso de apelação contra a sentença que condenou o acusado a pena de 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção pela prática do delito previsto no art. 32, §2º, Lei 9.605/98.

Em suas razões recursais os apelante, argumenta que se equivocou quanto à capitulação do crime, quando da apresentação das alegações finais, uma vez que o fato delituoso encontra-se perfeitamente narrado, caracterizando a conduta descrita no art. 10, § 3º, inc. IV, da Lei 9.437/97 e não o crime do art. 10, *caput*, do mesmo diploma legal, como consta do referido arrazoado. Requer, em face disso, a condenação do apelado nos termos da capitulação constante da inicial acusatória.

Ainda em suas razões combate a fundamentação da sentença que entendeu que a posse da arma constitui crime meio para a prática do delito tipificado

AC 01

no art. 32, §2º, da Lei 9.605/95 e que, em face disso, absolveu o apelado do crime descrito no art. 10, *caput*, da Lei 9.437/97. Afirma que apesar de o porte de arma de fogo ser parte integrante do delito previsto no art. 32, §2º, da Lei 9.605/98, subsiste o crime de depósito ou manutenção ilegal da arma sob a guarda do réu, uma vez que o tipo descrito no art. 10, *caput*, da Lei 9.437/97 abrange várias condutas, caracterizando o concurso material de crimes.



082

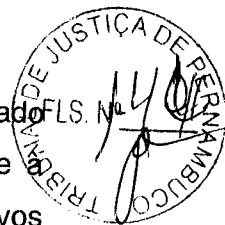
O réu, em contra-razões, atacou os argumentos trazidos pelo Ministério Público em suas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença recorrida. Argumenta ainda que diante do princípio da insignificância a conduta cometida não deve ser considerada crime, tendo em vista que áreas situadas na zona rural é comum as pessoas possuírem armas em suas residências para serem utilizadas como meio de defesa.

Inicialmente é de se esclarecer que o “equivoco” cometido pelo Ministério Público em suas alegações finais configura, na verdade, mero erro material, haja vista que a conduta realmente praticada pelo apelado encontra-se perfeitamente descrita na inicial acusatória, tendo o acusado se defendido dos fatos descritos na denúncia. Verifica-se, ainda, que em momento algum nos arrazoados finais do Ministério Público houve referência a algum pedido de desclassificação da conduta demonstrando que a pretensão real do *Parquet* era a condenação do réu nos termos do art. 10, §2º, inc. IV, da Lei 9.437/97.

Acrescente-se que a sentença em combate analisou todo o acervo de provas presente nos autos, assim como todos os fatos articulados tanto na peça inicial quanto nos arrazoados finais das partes, não se limitando a analisar a conduta tal como descrita no art. 10, *caput*, da Lei 9.437/97, motivo pelo qual entendo que não há nada a ser corrigido nesse sentido, uma vez que o MM. Juiz ao proferir a sentença bem apreciou todas as teses levantadas pela partes.

Ante esse esclarecimento tenho que a discussão do presente recurso restringe-se à tese que serviu de base para a fundamentação da sentença ora recorrida, qual seja, a questão relativa à absorção ou não do delito previsto no art. 10, *caput*, da Lei 9.437/97 pelo descrito no art. 32, §2º, da Lei 9.605/98.

Apreende-se da inicial acusatória que no dia 20/05/2002 o apelado utilizando uma espingarda calibre 36 ceifou a vida de uma cadela pertencente a GEORGE PEREIRA DAS CHAGAS com a desculpa de ela vinha comendo ovos postos por galinhas que pertenciam ao acusado.



Vê-se, de forma clara, que o apelado se valeu de uma arma de fogo para atingir o fim colimado que era tirar a vida da cadela, sendo a arma utilizada como mero instrumento para o cometimento do crime, estando, portanto, a conduta prevista no art. 10, *caput*, da Lei 9.437/97 absorvida pela figura delitiva prevista no art. 32, §2º, da Lei 9.605/98.

083

O princípio da absorção ou consunção prevê que quando a intenção criminosa é alcançada pelo cometimento de mais de um tipo penal, deve o agente, por questões de justiça e proporcionalidade de pena (política criminal), ser punido por apenas um delito, isto acontece quando, por exemplo, o crime-fim absorve o crime-meio.

Essa é a exata situação retratada nos autos, em que o delito de maus tratos a animais com resultado morte absorveu o delito de porte de arma, uma vez que este instrumento foi mero meio para se alcançar o fim pretendido que era a morte do prefalado animal.

Assim, por todo o exposto, entendo que a sentença atacada deve ser mantida em sua integralidade, uma vez que pelo princípio da absorção/consunção não há como se condenar o apelado nos termos previstos no art. 10, *caput*, da Lei 9.437/97, tampouco nos previstos no §3º do mesmo dispositivo legal, haja vista que esta conduta se encontra subsumida no tipo previsto no art. 32, §2º, da Lei 9.605/98.

Deste modo, o meu voto é no sentido de **negar provimento ao recurso de apelação**, confirmando-se a sentença recorrida, em todos os seus termos.

É COMO VOTO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0092339-1

APELAÇÃO CRIMINAL

084

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: PAULO SEVERINO DE ALBUQUERQUE

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Adriana Fontes

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco em face de sentença prolatada pelo Exmº Juiz de Direito da Comarca de Taquaritinga do Norte, que condenou **PAULO SEVERINO DE ALBUQUERQUE** a 03 (meses) e 15 (quinze) dias de detenção, além de 08 (oito) dias-multa, pela prática de delito previsto no artigo 32, §2º, da Lei nº 9.605/98, considerando a posse ilegal de arma de fogo, pelo réu, como simples meio para a prática do crime ambiental.

Segundo o recorrente, a peça acusatória contempla o acusado como incurso nas penas do artigo 10, §3º, IV, da Lei nº 9.437/97, c/c o artigo 32, §2º, da Lei nº 9.605/98, praticando as condutas pertinentes em concurso material (art. 69, do Código Penal). Nas alegações finais ministeriais, entretanto, a conduta imputada ao acusado foi tipificada, por equívoco, no art. 10, *caput*, da Lei nº 9.437/97 e art. 32, §2º, da Lei nº 9.605/98. O Juízo *a quo*, considerando exclusivamente a tipificação legal assumida nas alegações derradeiras, entendeu que o crime de porte ilegal de arma de fogo, neste caso,

rjmaf

seria absorvido pelo delito do artigo 32, §2º, da Lei Ambiental, posto que o réu, "para atingir o fim de ceifar a vida da cadela, utilizou como meio a arma de fogo".



Alega o apelante, no entanto, que "A capitulação original (artigo 10, §3º, IV, da Lei nº 9.437/97) justifica-se em face do recorrido ter condenação anterior transitada em julgado por crime doloso contra a pessoa (tentativa de homicídio, desqualificada no Tribunal do Júri para lesões corporais, Ação Penal nº 2053/98, fls. 91/92)". Deste modo, conquanto não se trate de delito autônomo - visto que não possui elementares próprias - o artigo 10, §3º, inciso IV, prevê a reincidência como circunstância qualificadora dos delitos que enumera.

Assim, aduz o recorrente que, "embora não comporte o concurso material (CP, art. 69), (...) o dispositivo mencionado, consoante registrado na peça acusatória, encontra-se perfeitamente amoldado ao caso vertente", pelo que a citada qualificadora deveria ser aplicada.

De outra parte, a ser mantida a capitulação constante das alegações finais (art. 10, *caput*, da Lei nº 9.437/97), requer o apelante que seja reconhecido o concurso material com o crime previsto no artigo 32, §2º, da Lei nº 9.605/98, por se tratarem de delitos autônomos, não se podendo aplicar o princípio da consunção em tal caso.

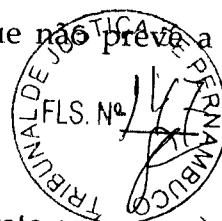
Pois bem.

Diga-se, de logo, que restou plenamente demonstrado nos autos que o acusado, fazendo uso de arma de fogo que guardava sem a devida autorização legal, efetuou os disparos que causaram a morte do cachorro pertencente à George Pereira das Chagas, conforme detalhadamente narrado na denúncia.

Não há dúvida, portanto, das condutas praticadas pelo ora apelado.

Dito isto, é de se observar que a Lei nº 10.826/03 não contém dispositivo semelhante ao art. 10, §3º, IV, da norma anterior (Lei nº 9437/97), que contemplava a reincidência como qualificadora dos crimes de porte de arma de fogo e correlatos. Assim, verifica-se que a lei posterior é mais benéfica, já que não prevê a qualificadora anteriormente tipificada.

086



De tal modo, conforme ressalta Damásio E. de Jesus, "Trata-se (no caso) de *novatio legis in melius* (art. 5.º, XL, da CF; art. 2.º, parágrafo único, do CP) com efeito retroativo incondicional, aplicando-se inclusive aos fatos definitivamente julgados (art. 2.º, parágrafo único, parte final, do CP)"¹.

Sendo assim, deve ser afastada a aplicação da referida qualificadora ante a existência de lei posterior mais benéfica, subsistindo a condenação anterior do acusado como agravante genérica (reincidência) ou, conforme preferiu o juiz sentenciante, como circunstância judicial desfavorável (maus antecedentes).

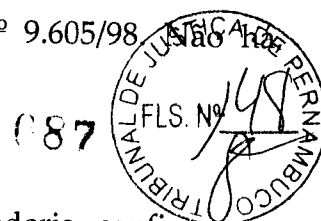
Por outro lado, resta incabível a aplicação da posse ilegal de arma de fogo como delito autônomo – configurando o concurso material –, pois, apesar de tal conduta não ter vinculação direta com o crime-fim (ou seja, o réu não guardava a arma em sua residência com a intenção de matar o cachorro), trata-se de conduta atípica, tendo em vista a *abolitio criminis* temporária estabelecida nos artigos 30 a 32 do Estatuto do Desarmamento, a qual deve retroagir para beneficiar o acusado, nos termos do já mencionado artigo 5º, XL, da Carta da República.

Em outras palavras: o princípio da consunção é inaplicável ao presente caso porque a posse da arma de fogo pelo réu não tinha como objetivo a morte do mencionado animal. Não se verifica, portanto, "uma situação antecedente praticada pelo agente a fim de conseguir levar a efeito o crime por ele pretendido inicialmente"². Na verdade, em análise prefacial, os crimes seriam autônomos.

¹ <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5358>

² GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal – Parte Geral – volume 1. Pág. 31.

Nada obstante, não se pode efetivamente falar na existência de dois crimes neste caso, por configurar a posse ilegal de arma de fogo conduta atípica, dada a *abolitio criminis* temporária estabelecida no Estatuto do Desarmamento. Logo, o réu só cometeu um crime: aquele previsto no artigo 32, §2º, da Lei nº 9.605/98, portanto, concurso a ser tido em consideração.



É bem verdade que a conduta do acusado poderia configurar a contravenção penal prevista no artigo 28 do Decreto-Lei nº 3.688/41, mas tal infração, neste caso, seria absorvida pelo crime-fim, uma vez que a contravenção serviria apenas como meio para a prática daquele.

Assim, sob qualquer ângulo que se examine o caso, a conclusão é de que o réu deve ser condenado tão somente pelo crime ambiental cometido, o que se coaduna com entendimento do eminente julgador *a quo*.

Por conseguinte, não havendo motivo para a modificação da sentença, o meu voto é pelo não provimento do apelo.

É COMO VOTO.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "Gustavo" or similar, written over a horizontal line.